

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 1378/94
Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 006/2021

1 Ata da Reunião Extraordinária do Grupo de Trabalho do Conselho Municipal de Assistência Social
2 de Santos – CMAS, cuja temática refere-se à População em Situação de Rua, realizada no dia 17
3 de maio de 2021, via plataforma online Skype, com a presença de conselheiros e convidados e da
4 Sra. Tainara e Sr. Leandro. Iniciando a reunião as 14h10, Sra. Marilda – Coordenadora, em
5 exercício, do GT, deseja uma boa tarde, agradece a presença de todos. Inicia sua fala apresentando
6 a justificando de ausência do Sr. Rodrigo Lachi – Presidente do CMAS, tendo em vista de que este
7 tem outra reunião no mesmo horário e informando que este também justificou a ausência da Gestora
8 do Programa Novo Olhar e da Coordenadora de Atenção à Pessoa em Situação de Rua pelo mesmo
9 motivo. Logo na sequência Sra. Marilda passa a explanar sobre a pauta do dia que refere-se a
10 apresentação, discussão e encaminhamento de sugestões para o Plano de Contingência de
11 Enfrentamento do Inverno – População em Situação de Rua. Sra. Marilda explana que é notório
12 que as ruas estão cheias e a intenção é contribuir com as ações que estão sendo realizadas no
13 município. Aponta que a prefeitura não tem condições de atuar sozinha e todas as ações e
14 discussões de todos são importantes. Sra. Fernanda – Terapeuta Ocupacional do CENTRO-POP
15 questiona por quem foi escrito o texto que foi compartilhado sobre o Plano Municipal? Sra. Marilda
16 informa que as sugestões para o Plano Municipal tem por base o Plano elaborado na cidade de São
17 Paulo que foi condensado para a realidade local, pois sabe-se que o Plano de São Paulo é grande
18 e muito bem elaborado. Sra. Marilda esclarece que trata-se de uma minuta de proposta que ainda
19 há muito o que contribuir e que não está fechada. Esclarece que trata-se de uma minuta propositiva
20 ao órgão gestor onde todos poderão fazer sugestões. Reforça que trata-se de uma minuta
21 sugestiva, sendo assim, isso não quer dizer que o órgão gestor tenha que acatar a mesma. Sra.
22 Marilda aponta que a minuta está sendo construída da forma mais democrática possível, com a
23 participação de trabalhador, usuários e representantes da sociedade civil. Afirma que para além
24 disso acredita que o mais importante é a participação efetiva do usuário, que sempre tem que ser
25 levado em consideração. Na continuidade Sra. Marilda solicita ao Sr. Leandro que seja feita a
26 apresentação do documento para leitura de todos. Sr. Leandro inicia a leitura do documento. Sra.
27 Aline – assessora da Exma. Sra. Vereadora Débora Camilo aponta que há uma incorreção no texto
28 quando se refere a pessoas trans. Sra. Nayara – assistente social da equipe de abordagem,
29 concorda que o texto dá entender que homens cis e trans são o mesmo gênero, sendo que o correto
30 na informação é constar “homens cis e mulheres trans” e “mulheres cis e homens trans”. Corrigidas
31 as nomenclaturas, dá-se sequência a leitura da minuta. Sra. Marilda esclarece o que refere-se a
32 sigla SEPLO, explanando que trata-se da Secretaria de Planejamento e Orçamento, hoje a

33 responsável pelo orçamento municipal e projetos que demandam recursos financeiros. Sra. Marilda
34 menciona que o município de Santos aderiu recentemente a Agenda 2030 da ONU, essa adesão
35 diz que uma das prioridades para 2030 é a erradicação da extrema pobreza onde a população em
36 situação de rua está inserida. Sendo assim, Sra. Marilda aponta que entende-se que a Prefeitura
37 se compromete a tirar da extrema pobreza 50% das pessoas que se encontram em situação de rua.
38 Sra. Marilda lembra que o CENSO de 2020 apurou que são 862 pessoas em situação de rua, sendo
39 assim cerca de 432 pessoas saíam dessa linha de extrema pobreza. Segue-se na leitura da
40 minuta. Sra. Fernanda faz uma observação apontando que no CENTRO-POP não há espaços para
41 guarda de pertences dos assistidos. Aponta que já foram solicitado várias vezes, pois os assistidos
42 precisam ficar carregando seus pertences durante todos os atendimentos. Sra. Aurora sugere que
43 seja colocado como observação essa questão. Sra. Fernanda não concorda porque não é algo que
44 seja ofertado. Sra. Marilda sugere que seja colocado como proposta no plano. Sra. Fernanda
45 questiona que seria uma proposta ter guarda de pertences no período de inverno? Lembra que isso
46 já era uma solicitação a muito tempo da equipe do serviço. Sra. Bernadete – assistente social do
47 CAPS-AD aponta que a questão da guarda de pertences estava apontada na Política do serviço e
48 que se não seja ofertado entende que deva ser deixado como observação na minuta. Pois acredita
49 que os pertences são a identidade do assistido. Sra. Marilda sugere que seja apontado no Plano
50 como solicitação prioritária. Em continuidade a leitura da minuta Sra. Marilda pede a inserção da
51 informação da capacidade de atendimento do CENTRO – POP que é de 80 pessoas e é incluído o
52 horário de funcionamento da unidade. Sra. Marcia – representante do sindicato dos funcionários
53 públicos, questiona sobre a informação de 30 vagas de abrigo emergencial e gostaria de entender
54 a definição sobre períodos emergências que é mencionado no texto. Sra. Marilda esclarece que
55 essa informação foi tratada na reunião de Diretoria do CMAS mas não foi aprofundada essa questão
56 de períodos emergências e está sendo construído. Lembra que a SEACOLHE-AIF está em reforma
57 a está sendo trabalhado com a equipe a questão do fluxo. Sra. Marilda lembra que sempre que há
58 alguma catástrofe os serviços de acolhimento são utilizados para as famílias de forma geral.
59 Entende que deverá ser explicitado o que é emergência para justificar a ampliação de mais 30 vagas
60 na SEACOLHE-AIF, pois não se garante um atendimento de qualidade. Sr. Leandro complementa
61 a informação de que as 30 vagas mencionadas não se refere-se ao abrigo de emergência e sim a
62 capacidade instalada da SEACOLHE-AIF em 80 vagas, 50 tipificadas mais 30 emergenciais com
63 ampliação da equipe técnica. O abrigo de emergência tem disponível 50 vagas. Sra. Marcia
64 agradece os esclarecimentos e aponta que sua questão foi justamente referente ao abrigo de
65 emergência que foi criado para um finalidade e muitas vezes é usado para outros fins. Fica pendente
66 de complementar no plano os dados referente as vagas disponíveis na Casa Êxodo de quantas
67 vagas são femininas e quantas masculinas. Sra. Marilda esclarece que as vagas dos serviços
68 SEABRIGO-AIF e Casa da Anas não são portas de entrada, isso quer dizer que os assistidos não
69 são encaminhados diretamente para esses serviços. Por isso não se conta essas vagas como vagas
70 para encaminhamento imediato. Sra. Bernadete tras um relato de uma situação de uma mulher

71 vítima de violência atendida no serviço, que foi direto da delegacia para o acolhimento na Casa das
72 Anas. Sra. Marilda esclarece que não se trata de pessoa em situação de rua e sim munícipe em
73 situação de violação de direito, onde acaba também sendo acolhida na unidade. Sra. Bernadete
74 aponta que neste caso era pessoa em situação de rua. Sra. Marilda esclarece que a delegacia deve
75 ter apontado uma questão de proteção em atenção à Lei Maria da Penha. Em continuidade a leitura
76 da minuta, na tabela de vagas Sra. Marilda aponta que um dificultador refere-se a ausência de
77 espaço para guarda da carroça e baias para animais nos serviços de acolhimento. Aponta que isso
78 faz com que as pessoas recusem o acolhimento e precisa ser revisto para o inverno. Em
79 continuidade a leitura da minuta, faz-se a correção das informações referente as vagas disponíveis
80 e os respectivos espaços do serviços de acolhimento em relação ao momento de pandemia. Em
81 relação as propostas apresentadas pelo órgão gestor, Sra. Marilda esclarece que estas podem ter
82 sofrido alteração e terem sido incluídas outras ações, aponta que se está trabalhando com a
83 informação divulgada. Com relação as propostas a serem apreciadas pelo órgão gestor, Sra.
84 Marilda solicita que seja especificada quais equipes precisam ser reforçadas, como SEACOLHE-
85 AIF, CENTRO-POP e Equipe de Abordagem. Sra. Bernadete questiona se entraria também o
86 CAPS-AD nesta proposta? Sr. Leandro pondera que apesar da relevância da proposta da Sra.
87 Bernadete entente que este Plano é afeto a Política de Assistência Social e a SEDS não teria
88 gerência sobre equipe de outro política pública. Sra. Bernadete aponta que no inverno também tem
89 sua demanda aumentada no inverno. Sra. Marilda entende que a demanda do CAPS-AD deve
90 constar no plano para que o órgão gestor tenha ciência das dificuldades deste serviço e até criar
91 demanda para a Secretaria de Saúde e se pensar em um acolhimento híbrido. Na sequência Sra.
92 Marilda solicita a inclusão de uma proposta que refere-se a articulação com a comissão municipal
93 de adaptação a mudança do clima, para que se soubesse os dias mais frios do ano, direcionando
94 e otimizando assim o trabalho das equipes de atendimento à população em situação de rua.
95 Terminada a leitura, Sra. Marilda abre a palavra para contribuições. Sr. Alex – Centro Espírita Luiz
96 Monteiro de Barros aponta que nas reuniões realizadas mensalmente que participam, chegou-se à
97 conclusão de que as questões que competem aos grupos solidários e atendimento nas
98 organizações sociais, estão se programando para aquisição e recebimento de doações, alguns já
99 recebidos. Aponta que conversou-se sobre a proposta que refere-se a tomada de pertences dos
100 assistidos e entende como vital essa questão, para que seja conversado com a Secretaria de Obras
101 para que haja esse combinado e ação, colaborando neste sentido. Não faz sentido a distribuição
102 de cobertores para serem tomados e sabe-se que grande parte das pessoas vão ficar nas ruas,
103 mesmo com o aumento de vagas de acolhimento oportunizado pela SEDS. Outro ponto que Sr.
104 Alex coloca como importante refere-se a questão da produção de material educativo, entende que
105 tem que seja feita uma campanha maciça com a população de rua, para que haja uma
106 conscientização da forma que estes tem para se manter nas ruas. Todos tem que se conscientizar
107 sobre a importância de conservação dos seus pertences, deve-se ter um olhar com educação e
108 cobrança de comportamento, justamente para que haja justificativas para recolhimento dos itens

109 que supostamente provocam bagunça. Com relação a lavanderia entende que é uma questão
110 importante, pois não se dá conta de fornecer roupa para todos. Aponta que no CEB Luiz Monteiro
111 de Barros, havia lavanderia, mas devido a suspensão dos atendimentos está suspensa também.
112 Sra. Marilda agradece e reforça a importância do grupo, pois não tem conhecimento de outro grupo
113 com uma representação tão significativa entre todos os atores. Sra. Marilda sugere que seja
114 estipulado um calendário anual, lançado até o dia de abril de cada ano, para elaborar e apresentar
115 o Plano de Contingência. Sra. Bernadete retoma a questão sobre o reforço da equipe do CAPS-AD
116 e sugere que seja incluída uma proposta como ação de articulação entre a Coordenadoria de Saúde
117 Mental da Saúde e a Secretaria de Desenvolvimento Social, nas questões que vierem a serem
118 necessárias durante o período de inverno e vigência do plano. Sra. Marilda sugere também que
119 essa proposta seja pauta de discussão do COMAD na próxima reunião. Sr. Danilo Afonso – atendido
120 no CENTRO-POP e acolhido na Casa Êxodo questiona, quais critérios para acesso as vagas do
121 abrigo de emergência, já que através do CENTRO-POP e Abordagem Social não há
122 encaminhamento para este serviço, apenas para o Albergue Noturno. Também questiona qual a
123 previsão de entrega da SEACOLHE-AIF e como serão encaminhados as pessoas para lá, quais
124 critérios? E Sr. Paulo Adelino questiona porque não há Casas de Convalescença em Santos, pois
125 existe pessoas acolhidas que necessitam deste serviço? Sra. Marilda aponta que também gostaria
126 de saber o porquê de não ter esse serviço no município. Aponta que o Ministério Público já
127 questionou o município e foi informado que não há demanda para esta unidade. Reforça que é uma
128 boa questão e entende que a Secretaria de Saúde deveria articular e discutir com os usuários essa
129 questão. Aponta que o plano de inverno deverá informar como será o atendimento das pessoas que
130 precisam deste serviço no período do inverno. Sra. Bernadete relata a situação da Casa Santa
131 Paula que no passado era utilizado como uma casa de convalescença e não sabe como hoje estaria.
132 Sr. Leandro informa que a SEDS tem contrato de prestação de serviço com esta Clínica para
133 acolhimento de idosos acompanhados nos CREAS com grau de dependência III em 13 vagas. Sra.
134 Marilda questiona como este GT pode encaminhar essa questão? Sr. Leandro esclarece que se
135 trata de uma clínica e não ILPI da Política de Assistência Social, por tanto não tem inscrição junto
136 ao CMAS. Esclarece que cabe ao CMI o acompanhamento e fiscalização das clínicas no município.
137 Sra. Marcia pergunta se o CMAS pode questionar ao CMI como está o processo de fiscalização
138 deste Clínica, ficando acordado o envio de ofício ao CMI. Sra. Letícia questiona se a comissão de
139 política do CMAS não poderia fiscalizar essa clínica. Sr. Leandro informa que entende que não pois
140 não se trata de um serviço socioassistencial e lembra que os recursos destinados ao pagamento
141 das vagas não é do FMAS, sem gerência assim deste conselho. Com relação a inauguração da
142 SEACOLHE-AIF, presente na reunião a Sra. Natalia – assistente social da SEACOLHE-AIF informa
143 que em relação a reforma acredita-se que em junho estaria pronta, mas acredita que pode ser que
144 demora mais do que o previsto. Sra. Marcia retoma que é importante se dialogar sobre entender
145 como será o fluxo de encaminhamentos para o serviço. Sra. Natalia informa que ainda não foi
146 construído esse fluxo, mas lembra que já existia um fluxo estabelecido e entende que este deverá

147 ser seguido e que a equipe deverá discutir novamente em breve essa questão. Sobre o fluxo de
148 encaminhamento ao abrigo de emergência, Sra. Marilda aponta que não tem ninguém presente na
149 reunião, do serviço, mas que hoje o abrigo de emergência não tem vagas e não se consegue fazer
150 encaminhamentos para ele e entende que ainda não há um fluxo estabelecido para esse serviço e
151 que deverá ser uma proposta para o plano de contingência. Sr. Rogério sugere como estratégia de
152 ação para o inverno, construção de novos acolhimentos institucionais a partir da reforma de prédios
153 públicos abandonados. Criando assim novas vagas. Contudo discutindo essa pauta aqui no grupo
154 foi construída também a proposta de um programa de habitação específico para a população em
155 situação de rua. Também com a possibilidade de aproveitar prédios abandonados. Sra. Marilda
156 esclarece que há muita coisa acontecendo, inclusive o Governo Federal lançou edital para a criação
157 de metodologia da oferta do Housing First. No jornal “A Tribuna” de Santos, saiu a informação sobre
158 a revitalização do centro da cidade, onde os imóveis abandonados poderia ser transformados em
159 moradias sociais. Contudo para o plano de inverno não vê como viabilizar essa questão, porque
160 estamos pensando ações para dias próximos, plano está sendo construído de forma emergencial.
161 Mas tudo o que foi colocado é válido porque precisa-se de mais vagas, há uma defasagem. Sugere
162 como proposta o acréscimo de mais 90 vagas, metade do que se tem hoje. Na continuidade Sra.
163 Marilda abre a palavra aos presentes. Sra. Tatiane – assistente social da Organização Social
164 Ismênia de Jesus informa que já iniciaram a distribuição de cobertores as pessoas em situação de
165 rua. Sr. Décio aponta que só haverá o modelo Housing First se houve interesse empresarial. Sr.
166 Alex questiona sobre a reportagem do jornal “A Tribuna” sobre a moradia na região central também
167 irá abranger a população em situação de rua? Sra. Marilda entende que sim, deveria abranger essa
168 população, mesmo que isso não esteja implícito na reportagem. Entende que os movimentos de
169 população de rua, a defensoria pública e este GT deveria fazer um manifesto sobre a garantia da
170 população de rua junto a esse programa de moradia. Sr. Alex sugere que os representantes de
171 vereadores presentes na reunião possam levar aos canais corretos para inclusão deste pública no
172 programa. Sra. Marilda aponta que a Exma. Sra. Vereadora Telma de Souza criou o Projeto
173 “Cadastro de Imóveis Vazios para Fins Habitacionais” e já aprovado, devendo ter sido transformado
174 em lei. Sr. Alex relembra que no início da reunião foi falado sobre a adesão do município ao Plano
175 2030 da ONU, referente ao combate e erradicação da extrema pobreza no município. Aponta que
176 desconhecia o plano, tanto quando a adesão, e pergunta se já há algum reflexo no trabalho, pois
177 na prática deva ocorrer mudanças. Já há alguma medida para o combate e erradicação da pobreza?
178 Sra. Marilda esclarece que o município aderiu, mas entende que o município está atrasado pois
179 esse plano iniciou-se em 2010. Informa que o Prefeito encaminhou uma solicitação de reunião com
180 os 29 conselhos e sociedade civil que ocorrerá no dia 19, com o tema: “Diálogo sustentável agenda
181 2030”, para que ele responda aos questionamentos. E aponta que este questionamento do Sr. Alex
182 foi justamente o mesmo questionamento que a Sra. Marilda já encaminhou para esta reunião com
183 o Sr. Prefeito. Sra. Marilda reflete que a população em situação de rua encontra-se em sua maioria
184 na linha da extrema pobreza, uma vez que parte recebe o benefício do Programa Bolsa Família, e

185 que como benefício este não deve ser computado como renda para critérios de inserção em
186 quaisquer programas. Entende que é uma questão perversa muitas vezes e que precisa ser
187 discutida. Por fim, Sra. Marilda informa que será encaminhado a todos a minuta final com todas as
188 contribuições elencadas. Não tendo mais assuntos a tratar Sra. Marilda declarou finalizada a
189 reunião, às 16h30.

190

191 Participantes da reunião:

192

193 Nayara – Assistente Social – Equipe de Abordagem Social

194 Tatiane – Assistente Social – Centro Espírita Ismênia de Jesus

195 Tatiana de Cardoso e Mendes Castro – Assistente Social – Defensoria Pública do Estado

196 Alex Ranciaro – Centro Espírita Dr. Luiz Monteiro de Barros

197 Décio Mardegan – Sociedade Civil

198 Tatiane Duarte – Casa das Anas

199 Cauê Martins – Incubadora Social – Projetos Caminhada do Bem- Semeando em Vidas

200 Aline Leal – Assessora Vereadora Débora Camilo

201 Luciana – Assistente Social – Unidade de Cuidado Porto de Santos

202 Leticia – Psicóloga – Centro – POP

203 Elisangela – Assistente Social – Equipe de Abordagem Social

204 Laureci Elias Dias – Presidente COMAD

205 Danilo Afonso – Sociedade Civil

206 Paulo Adelino – Sociedade Civil

207 Rogério – Sociedade Civil

208 Marcia – Sindicato dos Funcionários Públicos

209 Bernadete – Assistente Social CAPS/AD

210 Flávio – Sociedade Civil

211 Jorge – Sociedade Civil

212 Aurora Fernandez – FORTSUAS

213 Margareth – Chefe Equipe de Abordagem Social

214 Fernanda – Terapeuta Ocupacional Centro - POP

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

Marilda da Paixão Isaias dos Santos
Coordenadora em Exercício
GT/POP Rua – CMAS

Leandro Lapetina Freire
Secretário Executivo - CMAS